


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO FORO REGIONAL VI - PENHA DE FRANÇA 1ª  
VARA CÍVEL Rua Dr. João Ribeiro nº 433 - 5º andar, 5º andar - Sala 501, Penha  
de França - CEP 03634-010, Fone: 2093-6612r6004, São Paulo-SP - E-mail:  
penha1cv@tjsp.jus.br\*

**CONCLUSÃO**

Em 06 de dezembro de 2021 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional da Penha de França, Comarca de São Paulo. Silvanete Mendes Lopes, Chefe de Seção Judiciário.

**DECISÃO**

Processo nº:	<b>1014231-65.2021.8.26.0006</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar</b>
Requerente:	-----
Requerido:	-----

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Álvaro Luiz Valery Mirra**

**Vistos.**

1. Defiro a prioridade na tramitação do feito nos termos do artigo 1.048, inciso I, do Código de Processo Civil. Anote-se.

2. Os requisitos para a concessão da tutela de urgência pretendida, em caráter liminar e *inaudita altera parte*, estão presentes no caso.

Com efeito, restou comprovada a celebração de contrato relativo a assistência médico-hospitalar, a ser prestada pela ré em favor da autora. Resulta evidenciada, também, a necessidade da realização de exame de imagem de urgência em função de a autora ser portadora de câncer de colo de útero, com metástase para peritônio (fls. 61), exame esse para o qual se faz necessária a utilização de equipamento especializado denominado PET-CT, conforme indicação médica (fls. 61).

Observe-se que, ainda que se pudesse enquadrar o exame com o equipamento pretendido em alguma das restrições previstas no ajuste, tal exclusão seria passível de questionamento, ante a natureza e os fins do contrato celebrado, que não pode comportar restrições de direitos ou obrigações que ameacem o seu objeto (art. 51, IV, e § 1º, II, do Código de Defesa do Consumidor).

**Processo nº 1014231-65.2021.8.26.0006 - p. 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO FORO REGIONAL VI - PENHA DE FRANÇA 1ª  
VARA CÍVEL Rua Dr. João Ribeiro nº 433 - 5º andar, 5º andar - Sala 501, Penha  
de França - CEP 03634-010, Fone: 2093-6612r6004, São Paulo-SP - E-mail:  
penha1cv@tjsp.jus.br\*

Assim, provável o direito invocado pela autora à cobertura do exame pretendido.

A urgência da medida se faz igualmente presente, no caso, devido à gravidade da doença e ao risco de vida corrido pela paciente, bem como ao sofrimento da autora decorrente do mal que o acomete e da angústia com a incerteza da realização do exame, circunstâncias que não recomendam o aguardo da citação da ré e sua prévia manifestação, sob pena de resultar praticamente ineficaz a medida se for concedida somente na sequência.

Dessa forma, **defiro a tutela antecipada** pedida e determino à ré que providencie o custeio integral do exame de imagem de que necessita a autora no momento (PET-CT Corpo Inteiro Oncológico). Para a eventualidade do não cumprimento da obrigação de fazer ora determinada, no prazo de 48 horas, imponho ao requerido a multa de R\$ 2.000,00, por dia de atraso no adimplemento da prestação.

Intime-se a ré para o cumprimento da medida liminar, **servindo cópia da presente de ofício/mandado**, a ser cumprido pelo Sr. Oficial de Justiça de Plantão.

3. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência de designação de audiência de conciliação (artigo 139, inciso VI, do Código de Processo Civil e Enunciado n.35 da ENFAM).

Cite-se e intime-se a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias.

A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do Código de Processo Civil, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 de referido diploma processual.

Int.

São Paulo, 06 de dezembro de 2021.

**Processo nº 1014231-65.2021.8.26.0006 - p. 2**